



DA TEORIA CRÍTICA À TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA: CONTRIBUIÇÕES DE HABERMAS PARA COMPREENDER O MUNDO DA VIDA E O MUNDO SISTÊMICO

Roberto Alves de Arruda*
roberto_a_arruda@hotmail.com
Enaide Tereza Rempel**
enaiderempel@hotmail.com

RESUMO

A perspectiva teórica proposta neste artigo pretende estabelecer um diálogo com a Teoria Crítica, seus cenários e o programa formulado para compreender a pesquisa social, a partir das teorizações de Axel Honneth (1999). Propõe-se uma reflexão a respeito das concepções metodológicas da Teoria Crítica, construída em torno de um círculo de intelectuais, destacando em especial, as contribuições de Max Horkheimer, quando objetivou a construção de uma teoria interdisciplinar. Na mesma intenção, analise as contribuições da Teoria da Ação Comunicativa, formulada por Jüngen Habermas de modo a “compreender o mundo da vida e o mundo sistêmico”, pela qual se buscou romper com o funcionalismo marxista, reportando a uma concepção ampliada da história, no sentido da teoria da ação.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Marxismo. Ação Comunicativa.

1 INTRODUÇÃO

O momento vivido parece-nos fecundo para discussão da teoria do conhecimento. De sua parte, remete-se para uma postura compreensiva a respeito dos pressupostos de uma provável teoria de sociedade ou, do agir comunicativo, tomando como interface o pressuposto do contexto da vida, discussão que antecede a própria compreensão da ciência moderna.

Abre-se o debate a partir dos cenários da construção da Teoria Crítica, categorizados pela Escola de Frankfurt, seus fundamentos e programa, cujo objetivo ancorava-se em compreender a sociedade moderna, por meio de uma teoria geral de sociedade. Assim, os fundamentos iniciais da Teoria Crítica passariam a existir a partir da conexão entre pesquisa empírica e filosofia.

Apóia-se a presente discussão nas argumentações de Alex Honneth (1999), e nas teorizações de Max Horkheimer, suficientemente positivista, este último com a função de compor um programa interdisciplinar, a partir da teoria marxista com apoio das ciências especializadas.

* Mestre em Ciências Sociais; Professor na UNEMAT/Sinop/Departamento de Pedagogia.

** Mestre em Ciências Sociais; Professora na Rede Pública Municipal de Educação de Sinop.

No decorrer do texto, aponta-se os aprofundamentos propostos por Jürgen Habermas (1988), a respeito do paradigma epistemológico de Horkheimer, Marcuse e Adorno, tomando como categoria de análise a sociedade moderna, que segundo o teórico se sustentaria em uma racionalização instrumental unidimensional.

A essência do debate proposto assenta-se na diferenciação teórica apresentada por Habermas na elaboração suficientemente sistemática de toda problemática proporcionada pela Teoria Crítica e a Escola de Frankfurt, quando se orientaram pelas categorizações do pensamento moderno em torno das formulações de Hegel, Marx e Freud, com particular interesse em impulsionar uma práxis humana de emancipação crítica de toda opressão, tendo como pressuposto teórico metodológico, o pensamento moderno (UREÑA, 1998).

2 CENÁRIOS DA TEORIA CRÍTICA – MAX HORKHEIMER

De imediato, manifesta-se o campo teórico-metodológico que se pretende estabelecer o cenário da Teoria Crítica: nesse sentido, utilizando dos recortes proposto por Axel Honneth (1999), quando discute a teoria crítica, tradição teórica fundada por Max Horkheimer (1999), e apoiando-se num plano teórico (manifesto publicado em 1937), intitulado *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*. De sua parte, Horkheimer manifesta seus pressupostos empreendidos no contexto das duas grandes guerras mundiais, utilizando-se como recurso teórico metodológico, as produções de um círculo de intelectuais da então escola de Frankfurt. Desde sua origem em Frankfurt, a denominada Escola de Frankfurt se ocuparia por meio dos seus intelectuais da pesquisa social, tornando notório e reconhecido um projeto com foco na explicação de uma teoria geral da sociedade.

Aponta Honneth, percebendo as várias tentativas empreendidas pela escola, na possibilidade da construção uma teoria de sociedade com base num marxismo produtivo, tendo como orientação o funcionalismo marxista, pelo qual todos os fenômenos sociais poderiam ser percebidos à luz da função que desempenham no processamento humano da natureza, Honneth, (1999). Nesse sentido, a construção de uma Teoria Crítica da sociedade derivaria da junção epistemológica entre *pesquisa empírica* e *filosofia*. Em outras palavras a fusão entre a ciência social acadêmica e a teoria marxista.

Necessário será qualificar seus principais teóricos e os objetivos metodológicos da teoria crítica. Max Horkheimer, a partir dos pressupostos positivistas teria a função de distinguir o valor das *ciências especializadas* para compor um plano marxista interdisciplinar. Para cumprir o objetivo de tamanha abrangência, os cenários metodológicos que sustentariam e fundamentariam a Teoria Crítica, seriam esboçados a partir do novo espaço criado pela Escola de Frankfurt, de onde Horkheimer e os integrantes daquela acadêmica, esboçariam uma Teoria da sociedade, atraindo desta forma, novos cientistas de diferentes disciplinas e compreensões teóricas. Com formação similar, os intelectuais inseridos em seu próprio tempo, efetuaram suas pesquisas num clima propiciado por incentivos institucionais na Frankfurt dos anos vinte, incentivados por uma burguesia rica e receptiva, - os contornos de uma Teoria da sociedade ganham conteúdo ao ponto da fundação de uma universidade, organização de centros de pesquisas, um jornal liberal, uma emissora de rádio – instituições constituídas por aquele espaço intelectual.

As pesquisas são organizadas em torno do Instituto para a Pesquisa Social, fundado com incentivo de Felix Weil em 1924 e filiado àquela universidade. Pesquisas sobre a história do socialismo são realizadas nos primeiros anos. Max Horkheimer foi assim, em 1930, quem se mostrou receptivo à proposta, fomentando a organização de um programa visando à construção e explicação teórica interdisciplinar da sociedade. Contudo, não se esperaria como sendo uma tarefa fácil, considerando a promessa interdisciplinar de um programa metodológico que sustentaria a Teoria Crítica, como recurso para explicação teórica da sociedade.

3 O PROGRAMA METODOLÓGICO DA TEORIA CRÍTICA

O programa de uma Teoria Crítica da sociedade, apresentado por Horkheimer, tem seu princípio metodológico na construção de um conceito de pesquisa interdisciplinar. Destaca-se pela crítica sistemática ao positivismo, em dois pontos principais: no plano da história das idéias, Horkheimer vislumbra a possibilidade da construção de esforços no sentido de romper com a divergência entre pesquisa empírica e pensamento filosófico. Assim aponta Honneth:

Para ele, a filosofia da história hegeliana representava a última tradição teórica na qual ambas as vertentes do conhecimento estavam fundidas num único modo de pensamento de tal maneira que a análise empírica da realidade coincidia com a concepção filosófico-histórica da razão (HONNETH, 1999, p. 507).

Desse entendimento, percebe que no decorrer do século XIX, as premissas idealistas nas quais essa filosofia da história se baseou, assim como o vínculo unificador que havia mantido unida, até então, a pesquisa empírica e a reflexão filosófica, foram dissolvidas. Essas duas vertentes incorporam-se ao novo positivismo e na própria metafísica. No entanto, para Horkheimer a problemática apresentada do ponto de vista histórico-intelectual se operava na dinâmica da própria possibilidade de se pensar em termos de uma filosofia da história. No deslocamento abstrato entre cientificismo e metafísica, não há lugar para concepção de uma razão historicamente incorporada na qual a filosofia da história sempre se baseara (HONNETH, 1999).

Em outras palavras, não existiam meios disponíveis para que a teoria da história pudesse aferir as relações materiais de uma dada realidade social. O conteúdo da crítica formulada por Horkheimer, seguido por Marcuse, esboça discordância metodológica com os pressupostos positivistas; aqueles, por sua vez, pretendiam a construção de um conceito de pesquisa interdisciplinar. Uma epistemologia histórica materialista em Marx foi à base para a crítica ao positivismo. No entanto, apesar de toda a crítica ao primado positivista, Horkheimer remete essa discussão a uma categoria de análise de que permite ainda interpretar as ciências empíricas, determinadas, em boa medida, pelas demandas do trabalho societário (HONNETH, 1999). Nesse ponto, a discussão caminha para uma compreensão subliminar das relações de trabalho, na medida em que são percebidas como determinantes na construção dos pressupostos que filosoficamente orientam a produção das variadas formas do conhecimento. Há uma relação de sujeição metodológica da pesquisa empírica, tendo como condicionante as relações de trabalho, essas produzidas nas relações societárias. O princípio pela busca baseava-se na construção de um programa interdisciplinar, abrangente até o limite da pesquisa social, objetivando agregar várias áreas similares do conhecimento, para desse modo, proporcionar o nascedouro de um projeto interdisciplinar de ciência, que fosse capaz de avaliar, ou, explicar a sociedade a partir de uma dada realidade social. Nas palavras de Honneth (1999, p. 507) percebe-se que a verificação das proposições teóricas se subordina ao mesmo interesse de dominação da natureza física pelo qual a atividade do trabalho é guiada num nível pré-científico. Assim, uma nova construção epistemológica sobre as ciências se manifestaria, na qual compreende-se que:

Tão logo esse contexto prático constitutivo das ciências foi tornado epistemologicamente transparente, surge o equívoco a que o positivismo acaba levando inevitavelmente: ao justificar as ciências apenas num nível metodológico, o positivismo desvincula-se tanto da consciência de suas próprias raízes societárias quanto do conhecimento de seus

objetivos práticos. Na negação da estrutura prática das teorias científicas, Horkheimer e Marcuse viam, naturalmente, não só o erro do positivismo contemporâneo, mas também a deficiência da moderna compreensão da teoria em geral (HONNETH, 1999, p. 508).

O entendimento possível para Horkheimer e Marcuse estaria no limite compreensivo da própria Teoria Crítica. A Teoria Crítica só poderia cumprir a tarefa que dela se esperava se tivesse à sua disposição, ao mesmo tempo, uma teoria da história capaz de esclarecê-la sobre a sua própria posição e papel no processo histórico (HONNETH, 1999). Os argumentos para a construção de uma teoria da história já estavam elaborados com base nos pressupostos básicos do materialismo histórico e na crítica em que Horkheimer e Marcuse manifestavam ao positivismo.

O ponto central da Teoria Crítica está na versão clássica da teoria marxista da história, segundo o qual, um processo de desenvolvimento das forças de produção é considerado como o mecanismo central do processo societário (HONNETH, 1999). Compreendida dessa forma, o programa metodológico da Teoria Crítica, abrangeria o entendimento de que o domínio da natureza segue estágios de expansão que impulsiona cada etapa e faz surgir um novo estágio, materializado por um sistema técnico de domínio sobre as forças da natureza, nas relações sociais e nos modos de produção. Todavia necessário será delimitar os pressupostos dessa teoria.

4 PRESSUPOSTOS DA TEORIA CRÍTICA

Para Horkheimer, a posição societária e a função prática da Teoria Crítica foram avaliadas à luz da extensão em que o potencial para a razão presente nas forças produtivas já tinha sido liberado nas novas formas de organização societária; assim como outrora, na filosofia da história de Hegel. Descobriu-se o materialismo interdisciplinar, partindo sempre do diagnóstico ao nível histórico-filosófico, com o qual a Teoria Crítica começa. Todavia, deve-se acrescentar à pesquisa social empírica, a necessidade de cooperação das diferentes disciplinas.

Aqui centra-se as perspectivas de Horkheimer e Marcuse para uma Teoria Crítica da sociedade à luz de uma filosofia da história. Contudo, não levam em consideração que era tarefa também da economia política examinar empiricamente a condição da sociedade. Dessa forma, Honneth (1999), destaca as formulações de Horkheimer, na medida em que insiste na possibilidade de agregação de todas as disciplinas, para a construção de uma teoria da sociedade:

Uma teoria da sociedade deve fazer uso de todo o espectro das disciplinas científicas sociais a fim de poder investigar apropriadamente o atual conflito entre as forças produtivas e as relações de produção. Horkheimer esboçou o modelo geral para a relação metodológica entre filosofia da história e pesquisa interdisciplinar. Esse modelo específica uma articulação “dialética” entre ambas, constituída de tal modo que a “filosofia, como intenção teórica voltada para o universal, para o ‘essencial’, está à altura de propiciar impulsos inspiradores às disciplinas especializadas e, ao mesmo tempo, está suficientemente aberta ao mundo para ser influenciada e modificada pelo avanço dos estudos concretos” (HORKHEIMER, 1972 d, p.41 apud HONNETH 1999).

As contribuições de Horkheimer para substanciar o modelo metodológico da Teoria Crítica da sociedade têm como problema empírico a cooperação entre as disciplinas especializadas. Transcorre daí que:

Se o processo histórico em geral progredir de tal modo que o potencial para a razão incorporado nas forças produtivas é liberado continuamente em conflitos sociais, então, sob condições especiais do presente, surge a questão de saber quais são exatamente os mecanismos que impedem a eclosão de tais conflitos. “Como ocorrem os mecanismos mentais em virtude dos quais é possível que as tensões entre classes sociais, que se sentem impelidas para o conflito por causa da situação econômica, possam permanecer latentes?” (HORKHEIMER, 1932, p. 136 apud HONNETH, 1999, p. 511).

Transcorre desse processo que uma Teoria Crítica da sociedade necessita levar em conta uma análise social interdisciplinar; elemento metodológico capaz de demonstrar nesta altura, como Horkheimer havia compreendido que a *economia política* seria capaz de explicitar às tensões entre a filosofia da história e as ciências especializadas, para tentar responder os conflitos sociais entre as classes com interesses opostos. Desse modo, outra disciplina deveria se juntar à análise interdisciplinar da sociedade, avaliado que as forças produtivas capitalistas já não se refletem na ação do proletariado enquanto classe. Demandaria deste ponto uma investigação adicional das forças aglutinadoras *irracionais* que impedem que as classes percebam seu real interesse. Esta tarefa deveria ser desenvolvida pela psicologia orientada em Freud.

Nessa perspectiva, uma teoria da cultura como terceira disciplina agregaria ao lado da economia política, o corolário interdisciplinar. Na mesma direção da linearidade até então proposta, à formulação de Horkheimer aponta para o funcionalismo marxista, de modo a apreender a relação direta de dependência dos variados elementos que compõem a investigação empírica. Desse modo, uma Teoria Crítica da sociedade, na sua primeira instância, surgiria da interlocução destas três disciplinas para análise econômica da fase pós-liberal do capitalismo.

Aponta Honneth (1999), que Horkheimer percebia a economia política, como ativa na tarefa de investigar o processo de longo alcance da mudança que imperava o capitalismo desde o

final de sua fase liberal. Daquela forma, o materialismo histórico marxista, seria a alternativa crítica à negatividade e miséria humana, tomando como campo de análise as estruturas econômicas e legais de seu próprio tempo. Aponta Ureña (1998), a crítica apresentada pela economia política, traduz cientificamente essas contradições e o reducionismo que por vezes, algumas correntes do pensamento moderno atribuem ao materialismo histórico em Marx.

Enfatiza Ureña:

[...] Essa crítica desmascara o contrato livre de trabalho como a mais clara forma da escravidão, o valor de uso particular, como valor de troca abstrato e desumanizante, presumida a satisfação das necessidades humanas, produzidas pelo jogo de oferta e demanda, com a insatisfação das mesmas (UREÑA, 1998, p. 36).

Assim, podemos provisoriamente concluir, que a dialética marxista é histórica, não somente porque alude a uma dialética da natureza, mas porque está ligada a uma etapa concreta do processo histórico, como apontado por Ureña (1998). Marx – insiste Habermas - foi levado a perceber a alienação, como elemento visível da experiência do proletariado do seu tempo. Nesse sentido, o mesmo proletariado por meio da sua experiência vivida em sua concretude parcial, indaga: por que a situação histórica concreta e social, sob cujo objeto concreto tem condições de manter e guiar minha vida, [...] é assim e não o contrário? Ureña (1998). Nessa lógica perversa, o diálogo com Habermas por meio da sua Teoria da Ação Comunicativa, entretanto, poderá ajudar-nos com respostas.

5 JÜRGEN HABERMAS E A TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Segue a mesma pergunta - formulada pelos intelectuais da Teoria Crítica, a cerca das atitudes dos indivíduos em aceitarem aparentemente sem resistência, um sistema de dominação decorrente dos conflitos latentes no processo histórico, mediados pelas forças produtivas gerando continuamente conflitos sociais. Ainda é possível perguntar: por que tal situação não eclode em maiores conflitos?

Jürgen Habermas apresenta os pressupostos fundamentais da Teoria da Ação Comunicativa, formulando uma crítica a razão funcionalista. O propósito central de Habermas é construir um sistema teórico que considere a dinâmica dos processos macroestruturais em interdependência com os aspectos que caracterizam o devenir dos processos microestruturais

(PHILIPP, 1998) ¹. Na Teoria Crítica, a razão é objetiva, sendo ambiente propício para alcançar a justiça social, porém, no decorrer do processo histórico-social existe desvio nos padrões teóricos provocados e produzidos pelo sistema capitalista, que transforma essa razão em razão instrumental (Mundo do Sistema). Para o teórico, no mundo da vida e no mundo do sistema pode haver múltiplas racionalidades (HABERMAS, 1989).

O paradigma do enfoque habermasiano, talvez respondendo a guisa interrogativo, diz respeito às atitudes dos indivíduos numa dada relação social, e é explicado a partir de uma competência comunicativa entre aqueles indivíduos, que pode gerar consenso sobre as normas e fatos sociais. Todavia, distingue Habermas (1988), que um consenso não poderá produzir-se quando, por exemplo, um ouvinte aceita a verdade de uma afirmação, mas põem simultaneamente em dúvida a veracidade do falante ou a adequação normativa de sua emissão. Considera o nível de significação da experiência social dos sujeitos, expressamente nas ações das pessoas, fazendo distinção entre dois tipos de ações: ações instrumentais estratégicas e ações comunicativas.

Para Habermas (1988), a ação comunicativa se baseia em um processo cooperativo de interpretação em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo.

O sujeito aparece no enfoque mencionado por Habermas, fazendo uso de uma racionalidade muito diferente da apontada por Max Weber, onde preferencialmente atua utilizando uma racionalidade com respeito a fins e uma racionalidade comunicativa. Salienta Philipp:

Justamente o reconhecimento explícito de uma racionalidade comunicativa que se conceitualiza como aquela na qual se fundamentam ao mesmo tempo em que se constroem as intervenções sociais relevantes dos sujeitos, aponta a uma inter-relação significativa entre os elementos macro e micro estruturais para as ações humanas (PHILIPP, 1998, p.104).

Num segundo momento, é exatamente esta competência comunicativa, concomitante a uma reivindicação estrutural das ações comunicativas, que possibilita perspectivas para construção do conceito sobre *socialização* dos quais os mesmos seres humanos se convertem em construtores ativos de seu mundo vital, e, portanto de sua sociedade (PHILIPP, 1988). No

¹ Tradução da Língua Espanhola para Língua Portuguesa realizada pelos autores do artigo.

entanto, a tarefa dos sujeitos em se permitirem a integração social, requer concordância recíproca para uma ação comunicativa, como aponta Habermas (1983):

As tarefas de transmitir uma tradição cultural, de integração social e de socialização, requerem aquiescência a um critério de racionalidade comunicativa. Há ocasião para protesto e descontentamento exatamente quando esferas de ação comunicativa centradas na reprodução e transmissão de valores e normas deixam-se impregnar por certa modernização dirigida por padrões de racionalidade econômica e administrativa; todavia, aquelas próprias esferas dependem de padrões de racionalização bem diferentes – de padrões do que chamaríamos racionalidade comunicativa. Entretanto, as doutrinas neoconservadoras desviam nossa atenção precisamente de tais processos societários: projetam as causas, que não trazem à luz, para o plano de uma cultura subversiva e seus adeptos (HABERMAS, 1983, p. 5).

Sendo assim, os atores não são sujeitos passivos ao processo histórico em torno do qual se movimentam as ações produtivas e acontecem os conflitos sociais. Estes sujeitos são em maior ou menor grau, participantes através das suas intervenções, sua percepção cultural não subordinada ao universo da vida cotidiana. Desse ponto, a compreensividade por meio de uma racionalidade comunicativa, poderia, ainda que tardia construir uma Teoria da Sociedade.

6 A RACIONALIDADE COMUNICATIVA PARA CONSTRUIR UMA TEORIA CRÍTICA DA SOCIEDADE

Habermas pretendeu construir uma Teoria Crítica da sociedade, se ocupando em primeiro momento em apresentar uma elaboração do conceito de racionalidade comunicativa, proposição contrária às dimensões cognitivo-instrumentais da razão. Num segundo momento, delineou um conceito de sociedade em dois patamares, entrelaçando os paradigmas do mundo da vida e do sistema, apresentando uma teoria da modernidade que possibilite explicar as minúcias sociais. Parte da “suposição de que os âmbitos vitais comunicativamente estruturados estão submetidos nas sociedades modernas aos imperativos do sistema de ação independentes e formalmente organizados. A teoria do agir comunicativo deve levar a uma conceitualização do contexto social de vida, que se refere aos paradoxos da modernidade” (PHILIPP, 1998, p.106).

Com veemência, Habermas apresenta uma teoria global, que permite uma análise crítica da sociedade industrial capitalista moderna na forma estruturada que se apresentava. Uma teoria para explicação das composições e procedimentos fundamentais dominantes nas sociedades modernas, de forma que seu modelo explicativo, objetiva inter-relacionar os contextos práticos

das experiências humanas (mundo da vida) com o nível das formações objetivas do sistema social. Esse modelo explicativo pretende reconstruir a interconexão entre o nível sistêmico e o nível dos contextos cotidianos. Esses últimos se assentariam nas relações mediadas entre os sujeitos, através das relações intersubjetivas, capazes de potencializar novas ações entre os sujeitos, utilizando-se de numa perspectiva lingüística. Assim, Habermas define o campo da atuação e relação daquele sujeito mórbido como:

[...] o sujeito pode relacionar-se com algo que tem lugar ou pode ser produzido no mundo objetivo; com algo que é reconhecido como devido em um mundo social compartilhado por todos os membros de um coletivo; ou com algo que os outros atores atribuem ao mundo subjetivo do falante, ao que este tem um acesso privilegiado (HABERMAS, 1988, p. 170-171).

Habermas aprofunda a linha teórica do paradigma epistemológico de Horkheimer, Marcuse e Adorno nas categorias de análise da sociedade moderna, que se sustentam numa racionalização instrumental unidimensional. Argumenta, retomando Horkheimer que a razão instrumental para este teórico é a razão típica que supõe em realidade manipulação e por cujo motivo chega à denominação do mito da racionalidade com respeito a fins. Posto desta forma, o aspecto determinante da sociedade moderna se encontra no tipo de racionalização que a rege como bem registrado por Max Weber esta corresponde a uma implementação cada vez maior de uma racionalidade instrumental em todas as esferas sociais.

Ainda sobre a teoria weberiana da modernidade enfatiza: “a teoria weberiana de racionalização, nos conduz a um resultado ambivalente” Habermas (1988, p.428).

Por um lado, essa análise segue sendo um enfoque mais promissor para explicar as patologias sociais que se apresentam como seqüelas da modernização capitalista. Mas por outro lado, nos deparamos com muitas inconsistências que põem de manifesto que o conteúdo sistemático da teoria de Weber não pode ser assumido hoje sem submetê-lo a uma reconstrução excetuada com melhores instrumentos conceituais (HABERMAS, 1988, p. 429).

Argumenta ainda, apontando as fraquezas conceituais da teoria weberiana:

Um *primeiro problema* consistia em que Weber investiga a racionalização do sistema de ação exclusivamente sob o aspecto de uma racionalidade com respeito a fins. Se, por conseguinte fazer a abordagem de Weber queremos descrever adequadamente e explicar as patologias da modernidade, tendo que dispor de um conceito mais completo de racionalidade que permita indicar o espaço para a modernização da sociedade propiciando a racionalização das imagens do mundo a que se eleva no Ocidente. Só então podemos analisar em todo seu alcance a racionalização dos sistemas de ação, não somente sob o aspecto parcial da racionalidade cognitivo-instrumental, mas incluindo

também os aspectos prático-morais e estético-expressivos (HABERMAS, 1988, p. 429-430).

Habermas reorganiza a forma de perceber a racionalidade apontada por Weber, considerando que existe racionalidade tanto no mundo sistêmico quanto no mundo da vida. No mundo sistêmico a racionalidade tem a ver com os processos de ganhos e benefícios, considerado uma prática estratégica: razão instrumental com relação a fins (HABERMAS, 1989). Assim aponta um segundo problema na teoria weberiana, justamente quando Weber situa a racionalidade cognitiva instrumental num mesmo sistema de racionalização apresentado pela sociedade capitalista, desconsiderando os aspectos estéticos expressivos que permeiam as relações intersubjetivas das ações dos sujeitos na sociedade moderna.

Um *segundo problema* consistia em que Weber, embaraçado pelas suas angústias a que dão lugar os conceitos básicos de sua teoria de ação, equipara o padrão de racionalização que representa a modernização capitalista, com a racionalização social em geral. Por isso que os fenômenos que considerava sintomas das doenças da época, não poderia atribuir a uma utilização seletiva do potencial cognitivo acumulado na cultura (HABERMAS, 1988, p. 430).

No entanto, pergunta Habermas: porque a teoria moderna de sistemas tem abandonado a análise do comportamento racional com respeito a fins de seus membros e assume uma perspectiva que distancia o contexto da vida cada vez mais do sistema?

Neste ponto, Habermas discute a tradição estrutural funcionalista apresentada por Talcott Parsons. Considera que Parsons foi o primeiro teórico que fez uso de uma teoria sociológica de um conceito tecnicamente rigoroso de sistema. Assinala os problemas conceituais deste teórico para construção de uma teoria da sociedade. Aponta Habermas (1988) que para Parsons a conexão da teoria da ação com a estratégia conceitual inerente ao modelo dos sistemas que mantêm seus limites se apresenta como o problema mais importante na construção de sua teoria.

Argumenta que ao longo de toda obra de Parsons, operam dois programas diferentes: um programa de *ação social* com tradição idealista e outro *sistema social* com tradição positivista. Discute ainda, que Parsons constrói uma distinção metodológica da sua obra, tratando da *Interação Social* e posteriormente do *Sistema Social*, temas abordados inicialmente na Enciclopédia Internacional das Ciências Sociais, justificando tal ordenação dizendo que o tema da interação social é de sentido fundamental, logicamente anterior ao do sistema social (HABERMAS, 1988).

Nesse sentido a crítica elaborada por Habermas, se assenta na tradição estrutural funcionalista na forma apresentada por Parsons. A separação e neutralização da organização a respeito das estruturas simbólicas do mundo vital significam para Habermas, que o mundo da vida, se converte em algo diferente para a cultura, a sociedade e a personalidade (PHILIPP, 1998).

7 O PROCESSO DE VALIDEZ DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Em concreto, Habermas apresenta a competência comunicativa impetrada na validade da *verdade*, *veracidade* e *exatidão* como elementos constitutivos para cada ato comunicativos, estabelecendo os marcos que consideraria o conceito de racionalidade comunicativa. Percebe-se a não desconexão entre a racionalidade comunicativa e o uso do conhecimento gerado nas ações comunicativas (COHN, 1993). As experiências humanas são tratadas como ações comunicativas, que embasam a força do discurso argumentativo dos sujeitos e são experiências centrais livremente unificadoras para criar consenso. Ao longo do processo argumentativo, e na elaboração do discurso levado a efeito que os distintos participantes superam suas opiniões subjetivas e assegura, graças ao compartilhar de convicções racionalmente motivadas, e ao mesmo tempo a unidade do mundo objetivo, a intersubjetividade de seu contexto de vida (PHILIPP, 1998). Reafirma que a racionalidade comunicativa parece inexoravelmente à única que permite a reconstrução da unidade dos âmbitos divididos por aquela lógica cognitivo-instrumental contemplada de forma exclusiva e reducionista na organização capitalista da sociedade moderna e nas suposições teórico-funcionalista² (PHILIPP, 1998).

Por outro lado Habermas (1988) reconhece que as possibilidades comunicativas do mundo da vida, estão muito limitadas e se reduzem cada vez mais a uma coisificação da competência comunicativa dos sujeitos frente ao dinheiro e ao poder. Aponta que o problema principal da modernização capitalista, se dá quando o agir comunicativo se separa das intenções guiadas por meios, quando a linguagem é substituída em função de coordenação da ação por meios tais como o dinheiro e o poder.

² Habermas critica o funcionalismo, especificamente em sua obra “Teoria da Ação Comunicativa – Crítica a razão funcionalista” Tomo II, 1988.

O dinheiro e o poder são magnitudes manipuláveis frente as que os atores podem adotar uma atitude objetiva orientada diretamente ao êxito. O dinheiro e poder podem ser objeto de cálculos e são cortados na medida da ação racional com intenção a fins (HABERMAS, 1988, p. 389).

Numa outra dimensão, Habermas pensa num *tipo ideal*, um construto ideal de comunicação, num processo de construção metateórico de um conceito de sujeito em constante procedimento de auto-realização (HABERMAS, 1989).

Aponta um caminho, mencionando as condições socializadoras das instituições educativas, dado que estão numa realidade sistêmico-social em um plano histórico concreto (PHILIPP, 1998). Por esta causa há possibilidade de elucidação do sistema educativo por meio do *rol ativo dos sujeitos*. Estes, na qualidade de ser protagonistas de suas interações e, em efeito, de suas comunicações, introduzem e prefiguram os elementos estruturais relevantes³ em seus campos e distintos níveis de ação direta (PHILIPP, 1998).

A contribuição da teoria da ação comunicativa para desenvolvimento de um pensar *emancipador* está em prol de uma educação dirigida à formação do sujeito, utilizando-se do conhecimento a partir da relação entre sujeitos, que livres de coações utilizam-se da linguagem para chegar a um entendimento em dada situação social (COHN, 1993).

O Conhecimento perpassado pelas instituições educativas será constituído por uma *razão dialógica* fundamentada na eficácia argumentativa, situada a partir das experiências diferenciadas de cada sujeito, onde o lugar da linguagem é realocado entre o mundo da vida e o mundo do sistema que caminha para emancipação do sujeito.

Desta configuração, aponta Philipp (1998) que o modelo de racionalidade comunicativa como modelo analítico, harmoniza as distintas esferas sistêmicas, reconcilia o âmbito sistêmico com o mundo da vida integrando as racionalidades humanas dominantes, tendencialmente distintas, que são, por um lado, a racionalidade cognitiva instrumental e, por outro, a racionalidade prático-comunicativa.

Finalizando provisoriamente este debate, levam-se em decorrência as considerações a respeito da ação comunicativa, permeada em diferentes níveis de comunicação simbolicamente

³ Há aqui claros pontos de conexão com a proposta teórica de Giddens, cuja consideração em profundidade excede o presente marco. Ver Giddens, A. (1984). *The constitution of Society: Outline of the theory of structuration*. Nova York. No entanto, acreditamos que o ator citado gere o modelo freudiano para explicação da personalidade humana de forma muito ortodoxo, isto é, a-histórica fato que leva a uma conceituação de sujeito a-histórico. Não atinge uma suposição sociológica, ou seja, sócio-histórico de instancias psíquicas de Freud, a saber: “Eu”, o “Superego” e o “Ego”. Por este motivo, não especifica a influência mutua entre a estrutura e a ação social de forma convincente. (Apud Philipp, 1998, p. 115).

mediados. O agir comunicativo, está impregnado de símbolos significantes que permitem estabelecer uma relação dialógica entre os sujeitos. O conteúdo e a ação comunicativa são especialmente importantes para o desenvolvimento da personalidade do sujeito, sob a ótica dos estudos sociológicos. O processo comunicativo não está numa perspectiva simplória de emissão e difusão de símbolos, mas categoricamente, numa relação simbólica, onde cada participante do agir comunicativo é potencialmente competente para produzir e avaliar a ação num processo constante de retroalimentação dialeticamente pensado e mediado pelos diversos saberes. A estas idéias têm aludido mais de uma vez a autores diversos de disciplinas científicas distintas, como é o caso de J. Piaget, P. Vygotsky, J. G. Fichte, G. H. Mead, Luckmann, J. Habermas e Walzlawic (PHILIPP, 1998).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre uma teoria, em especial a teoria crítica e suas possíveis contribuições para a compreensão das relações materiais de produção da própria sociedade, remete este debate para o lugar que o sujeito ocupa em uma nova configuração do social. O desafio estaria em perceber qual o lugar que os processos culturais ocupam na centralidade do debate como elemento da vida cotidiana. O indivíduo, não mais conhecido digladiando-se entre uma moral cotidiana e os sentidos da vida.

De um utilitarismo eminentemente social, a nova configuração de sociedade ancora-se na capacidade de percepção dos processos culturais como elementos de uma mesma pertença. Falamos de “nós” como sujeito, na perspectiva do indivíduo capaz de erguer em meio as mudanças da sociedade contemporânea e qual lugar que este sujeito ocupa no processo de interação social. Um novo paradigma social ergue-se a tendo como campo empírico a análise das forças produtivas como as responsáveis pelas ações humanas, todavia, não enfatizaria as relações culturais como possível estrutura que perpassa a sociedade.

Dessa forma, pretende-se não descartar estas intenções, sobriamente elencadas na teoria marxista, contudo, levamos a efeito, a contradição apontada pela Teoria Crítica a respeito da economia política como possível disciplina apontada para explicar as contradições da sociedade capitalista moderna.

Como apontado por Ureña (1998) a melhor forma de resumir as contribuições da Teoria Crítica e da Escola de Frankfurt está no rastreamento do pensamento sociopolítico de Hegel, Marx e Freud, com nítido interesse de orientar e impulsionar uma práxis humana de emancipação crítica de toda a opressão, assim como o próprio fracasso da estrutura teórica em oferecer um modelo crítico.

Mas, contudo, não se desapercebe dos avanços teóricos nas contribuições de Horkheimer, quando remete a uma nova reelaboração do potencial destrutivo da razão humana. Remete seu olhar para as relações de produções no domínio da natureza, através da categoria trabalho, percebendo os efeitos devastadores que as realizações cognitivas pressupostas na prática do trabalho humano acarretam. (HONNETH, 1999).

Na passagem do conceito positivo de trabalho societário para um conceito negativo que Horkheimer introduziu uma nova fase na história da teoria crítica, aponta Honneth, (1999) que a posição até então ocupada pela concepção produtivista de progresso foi substituída por uma crítica da razão, cética em relação ao progresso, e tão radical que podia também duvidar do valor cognitivo das disciplinas especializadas.

Habermas, como já apontado foi o único teórico que apresentou uma elaboração suficientemente sistemática e acabada para toda esta problemática. Assim, aponta o autor, que o contexto das interações simbólicas é mediado pelo sujeito, através do esforço por ele realizado para se identificar com o conteúdo das ações. Leva em conta o teor do caráter elucidativo do conhecimento nas instituições educativas modernas, numa dinâmica interativo-comunicativas.

Enfatizamos que o sistema teórico habermasiano apresenta como “teoria da sociedade” às categorias correlativas para poder compreender a tarefa de uma análise empírico-explicativo das estruturas existentes nas sociedades, sem, contudo dar por encerrada toda a discussão. As críticas que sobressaem ao modelo teórico habermasiano estão na possibilidade em apoiar toda uma estrutura teórica, num sistema comunicativo lingüístico, onde nem sempre os atores desse processo dominam a sistemática de ação interna do agir comunicativo. Dessa forma, os critérios apresentados por Habermas para validar o agir comunicativo, podem perder seu valor comunicativo a partir do momento da não interação comunicativa entre os sujeitos.

Dessa forma uma teoria da sociedade baseada num conjunto de ações comunicativas pode resultar de um fracasso do próprio sistema comunicativo apresentado por Habermas. Uma problemática ainda por ser resolvida estaria na concepção epistemológica de situar a verdade do

conhecimento numa estreita visão da lógica do discurso do sujeito, sem, contudo desencantar com a provisão necessária para esgotar o ato comunicativo.

Porém, destacamos a importância da apreciação intersubjetiva dos fatos, dos fenômenos e das ações sociais apresentados no programa habermasiano, reconciliando o plano sistêmico com o plano da vida, desfazendo o deslocando e distanciando filosófico de uma consciência positivista, onde as disciplinas aparecem deslocadas do contexto prático.

FROM THE CRITICAL THEORY TO THE THEORY OF COMMUNICATIVE ACTION: HABERMAS'S CONTRIBUTIONS TO UNDERSTANDING THE WORLD OF LIFE AND THE WORLD SYSTEMIC

ABSTRACT

The theoretical perspective proposed in this paper aims to establish a dialogue with Critical Theory, and the program made its scenarios to understand the social research, from the theories of Axel Honneth (1999). It is proposed a reflection on the methodological views of Critical Theory, built around a circle of intellectuals, highlighting in particular the contributions of Max Horkheimer, when aimed to construct an interdisciplinary theory. In the same intention, to analyze the contributions of the Theory of Communicative Action, formulated by Jürgen Habermas in order to "understand the world of life and systemic world", by which it sought to break with the Marxist functionalism, reporting to an expanded conception of history, in sense of the theory of action.

Keywords: Critical Theory. Marxism. Communicative Action.

REFERÊNCIAS

COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (Org.). **Teorias da ação em debate**. São Paulo: Cortez / Fapesp/ Instituto de estudos especiais/ PUC, SP, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Crítica a razão funcionalista. Madrid: Taurus, 2 v, 618 p. In : *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt : Suhrkamp, 1988.

_____. **Modernidade versus Pós-modernidade**. In: *Arte em Revista*, ano 5, n. 7, 1983

HABERMAS, Jürgen. **Razão comunicativa e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: Giddens, A., Turner e outros. **Teoría social hoje**. UNESP, São Paulo, 1999, p. 503-552, 1999



PHILIPP, Rita R. **La teoría del actuar comunicativo de Jürgen Habermas**: un marco para el análisis de las condiciones socializadoras en las sociedades modernas. In: Papers, 56, Santiago de Compostela, Espanha, p. 103-123, 1998

UREÑA, Enrique M. **La recepción de Hegel, Marx y Freud en la teoría crítica**. In : La Teoría crítica de la sociedad de Habermas. La crisis de la sociedad industrializada, Tecnos, Madrid, p. 29-46,1998.

ZITKOSKI, Jaime José. **Educação Popular e Emancipação Social**: convergências nas propostas de Freire e Habermas. Trabalho apresentado na XXVI ANPED, Poços de Caldas, 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/06tjaijz.pdf>. Acesso em 28 set. 2011.

Recebido em 31 de outubro de 2011. Aprovado em 22 de novembro de 2011.